

## APROXIMAÇÕES PARA COMPREENDER A ÁFRICA CONTEMPORÂNEA

Elsa Sousa Kraychete (UFBA)\*

A organização deste Dossiê dos Cadernos é uma iniciativa do Grupo de Pesquisa Laboratório de Análise Política Mundial - LABMUNDO/UFBA, que, nos estudos africanos, atua em rede com quatro Universidades baianas. Os pesquisadores envolvidos nas investigações dessa linha, ao se debruçarem sobre casos concretos, buscam analisá-los a partir de contextos mais amplos, que têm em consideração: o processo que levou o continente africano a ser disputado pelas antigas e pelas potências emergentes, como espaço para realização de investimentos, transações comerciais e exploração de recursos naturais; a reconfiguração das forças sociais que emergiram das lutas de independência, seja nos rearranjos internos em cada país, seja nos movimentos que buscam inserir a África na atual dinâmica internacional globalizada; e, por fim, o movimento imprimido pela política externa brasileira que, ora busca aproximação com países africanos, ora move-se pelo afastamento, como sinaliza a inflexão proposta pelo atual governo, em contraposição à importância dada nos dois mandatos de Lula da Silva, que intensificou as articulações políticas e econômicas com países do continente africano. O intuito é que cada projeto vá se acercando de problemáticas atuais da África, a partir de perspectivas históricas.

A década de 1970 foi um marco fundamental para a reconfiguração da geopolítica da África na trajetória de descolonização do continente, processo iniciado entre as duas Guerras Mundiais, que se completava naquela década. Até o final de 1959, registra Andrade (2016), o continente africano contava com apenas 10 países independentes, um ano depois, já contava a África com 27 estados autônomos. Entre 1971 e 1980, mais nove países conquistaram a sua independência. Restou apenas a Namíbia, então sob a tutela da África do Sul, mas que, em 1990, tornou-se um estado independente. Na ordem onusiana, o surgimento desse grande número de países confere maior representatividade internacional ao então chamado Terceiro Mundo. As jovens nações, por um lado, eram disputadas pelas potências de então, que

---

\* Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos/UFBA, atua no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e no Núcleo de Pós-graduação em Administração.

buscavam preservar os mercados que abasteciam de matérias-primas os seus sistemas produtivos e, por outro lado, abriu espaço para a formação de articulações com vistas a propor uma nova ordem econômica mundial.

A partir dessa década, o percurso seguido por muitas jovens nações é marcado por marchas e contramarchas para romper os laços coloniais e criar estados independentes. A economia colonial havia criado economias especializadas na exportação de produtos agrícolas e minerais, expressão de alianças das classes dominantes que impediam a industrialização. O resultado foi a conformação de economias de baixa produtividade e vulneráveis econômica e socialmente. Guardadas as especificidades geográficas, econômicas, históricas e sociais de cada país, as forças que chegaram ao poder pós-independência, em linhas gerais, propunham: independência, modernização e industrialização. Modernizar o Estado e promover a industrialização, voltada prioritariamente para atender ao mercado interno, eram as metas prioritárias. As dificuldades para implementar um programa dessa natureza não eram poucas, para citar os maiores gargalos: a poupança interna era insuficiente para garantir os investimentos necessários e a importação de tecnologia exigida para a industrialização. O financiamento dessas importações, pelo menos nos primeiros anos, seria coberto por exportações de matérias primas agrícolas e minerais, que, dado o balanceamento dos termos de troca entre bens primários e industrializados, mesmo em momento de alta demanda de matérias primas pelos países do centro, no médio e longo prazos, acarretaria desequilíbrios no balanço de pagamentos. A vantagem competitiva principal que detinham esses países era a exploração da mão de obra barata. Apostava-se, contudo, no crescimento da economia mundial, ao tempo que também se espelhavam no relativo sucesso de outras economias da periferia, que alcançaram algum grau de industrialização pela via da substituição de importações (AMIN, 2006). O Estado, nesse desenho, desempenharia papel central.

A constituição de Estados-nacionais nas jovens nações se deparava, por um lado, com as armadilhas colocadas pela ordem mundial que se globalizava, quando já se insinuavam as propostas neoliberais e, por outro lado, pelas divergências sobre os caminhos para atingir aos objetivos propostos pelos movimentos de libertação nacional. A repartição do poder entre as lideranças das muitas etnias, com formas de organização política e social distintas (que não se confunde, na maior parte dos casos, com modo de organização comunitário), era questão a ser resolvida na configuração de poder nos Estados-nações em construção. Tais

disputas estão entre as causas para as guerras civis que eclodiram em muitos países logo após a vitória dos movimentos de libertação nacional. O poder e o controle do Estado dessas nações, em grande medida, porque é preciso agregar às disputas internas as forças internacionais, resulta dos desfechos no campo de batalha e em negociações entre as partes envolvidas nos conflitos.

O desenrolar das lutas anticoloniais no continente africano teve seu ápice entre os anos 1960 e 1970, contexto geopolítico mundial marcado pela Guerra Fria. Se, por um lado, a ordem mundial estava tensionada pela bipolaridade marcada pelo conflito entre as potências Estados Unidos e URSS, por outro lado, o Terceiro Mundo presenciava o avanço dos movimentos pelo controle dos seus destinos, encarnados nas lutas anticoloniais como, também, em movimentos que se formavam sob a bandeira do desenvolvimento, no espírito do ideal da Conferência de Bandung. A conjuntura dos anos 1970 tem entre suas marcas eventos que questionavam a ordem estabelecida. O fim do padrão dólar como acordado em Bretton Woods, a queda da produtividade industrial a exigir inovações tecnológicas, o desemprego da força de trabalho e as altas taxas de inflação impactaram no crescimento das economias centrais, configurando uma crise de acumulação capitalista com acirrada concorrência entre as três potências capitalistas – EUA, Alemanha e Japão. Para completar, os choques do petróleo, nessa década, agravaram a crise estrutural.

Foi em meio a essa conjuntura que a construção nacional – econômica, política e cultural - nos países recém-saídos do colonialismo acontecia. O intento de industrialização das economias africanas mostrou-se irrealizável no curto prazo: se, nos anos 70, a liquidez internacional permitiu a canalização de fluxos de capitais para esses países, possibilitando passageiro equilíbrio da balança de pagamentos e atendimento de demandas específicas da produção ou da população, na passagem para a década seguinte, os países se viram mergulhados na chamada crise da dívida externa. A terapia oferecida pelo FMI aos países endividados exigia corte de gastos públicos, reorientação da produção de forma a restringir a produção voltada para o consumo interno e intensificação da produção dos produtos vendáveis a preços competitivos (devido aos baixos salários, especialmente) no mercado internacional. As restrições ao acesso a novos empréstimos significaram, para estes países, menores investimentos nos setores produtivos, de infraestrutura e social, implicando retraimento da produção, fome, desemprego, deterioração da infraestrutura produtiva e

social, alimentando os conflitos sociais que vieram incitar as guerras civis, que minariam as bases de construção dos Estados-nacionais (WALLERSTEIN, 2002).

O Banco Mundial, em 1981, já orientado pelo neoliberalismo, publicou o informe *O Desenvolvimento da África ao Sul do Saara*, remetendo a causa da crise à estatização da economia implementada pelos governos pós-independência, como registra Founnou-Tchuigoua (1995). Acossados pela dívida externa e pela desarticulação econômica, social e política, internamente, amplia-se a eclosão de guerras civis, muitos governos tiveram que recorrer às organizações financeiras internacionais para obter novos financiamentos. Os acordos firmados com essas organizações, como de resto aconteceu em outras partes, vieram acompanhados das condicionalidades características dos ajustes estruturais, expressos, em seus traços mais marcantes, no corte de gastos públicos e privatizações de ativos de propriedade estatal. Apenas a propriedade da terra, pelo menos em Angola e Moçambique, permaneceu como pertencente ao Estado. O fim desse regime de propriedade permanece como ponto de tensão entre governos e empresas internacionais que investem em atividades agrícolas e exploração mineral nesses países. A crise da dívida grava, negativamente, o desempenho econômico e social dos países em construção. Nos acordos entre o FMI e os governos devedores, o Fundo exigiu que entre 20% a 25% das receitas de exportações deveriam ser destinadas ao pagamento da dívida. Mas não é só isto, o que os programas de ajustes imprimiram de forma mais duradoura foi o disciplinamento sobre os governos que se tornaram cumpridores de diretrizes de organizações internacionais como Banco Mundial e FMI. As seguidas renovações de acordos foram solapando qualquer perspectiva de desenvolvimento integrado internamente. Se se tem em conta esse contexto, falar em estados falidos por governos corruptos é interpretação que revela apenas parte da realidade.

As circunstâncias colocadas por condições internas específicas e pela lógica da expansão mundial do capital, que precisam ser tomadas de forma conjunta, impediram que o projeto desenvolvimentista, que aglutinou as forças envolvidas nas lutas anticoloniais, fosse concretizado completamente. A travessia dos anos 1980 e 1990, para a maior parte da população africana ao Sul do Saara, foi de muita penúria, tendo que conviver com: fome, desemprego, migração, surtos de epidemias, crimes, golpes de estado... Nesse momento, foram cunhadas as expressões *quartomundialização* e *afropessimismo*, que alimentaram narrativas para se referir à situação africana como distinta. Sem deixar de considerar as

contradições dos movimentos de libertação quando chegam ao poder e os Estados que estabeleceram, uma visita à história do desenvolvimento desigual, que marca a expansão capitalista, não avaliza os discursos que distinguem a África como um caso único.

A primeira década dos anos 2000 traz a África de volta à cena mundial, já sob a perspectiva do crescimento econômico com produção voltada para exportações, como orientavam as organizações internacionais em associação com decisões internas. Quando os países desenvolvidos estavam mergulhados em crises, com as suas economias com baixas taxas de crescimento e crises financeiras, a África exibia taxa de crescimento do produto, em média, superior a 5% ao ano. As exportações dos países produtores de recursos minerais e agrícolas também cresciam e representavam percentuais significativos do PIB, para citar alguns exemplos: Angola exportava 48% (basicamente, petróleo bruto), Costa do Marfim, aproximadamente 42% e a República Democrática do Congo 33%, conforme dados da OCDE referentes a 2014.

A partir de dados relativos ao desempenho macroeconômico dos países produtores e exportadores de matérias primas, a imagem da África como um continente à margem da dinâmica econômica mundial dá lugar à valorização de uma nova integração no "sistema mundo", mesmo que em sua periferia. Os fluxos financeiros e comerciais de países africanos com as potências emergentes, China e Índia especialmente, crescem significativamente na primeira década do novo milênio. A alta do preço das matérias primas alavancadas pelo fator China contribuiu para o crescimento dessas economias. Se, na década de 1990, o preço médio de uma onça de platina era de US\$ 470, uma tonelada de cobre era comercializada por US\$ 2.600, um barril de petróleo bruto US\$ 22, em 2008 o preço da platina alcançou US\$ 1.500, o cobre US\$ 6.800 e o petróleo, em média, era cotado a US\$ 95, mas chegou a atingir US\$ 147 o barril. A crise de 2008 repercutiu no preço das *commodities* e, novamente, as economias africanas voltaram a apresentar taxas de crescimento modestas e tiveram que lidar com déficits nos balanços de pagamentos. Isso, mesmo que, no primeiro momento, a crise financeira não tenha atingido fortemente a economia chinesa, o principal comprador de produtos africanos.

A África passa a atrair investimentos externos diretos (IED) a partir dos anos 2000, constituindo-se como uma fronteira de valorização de capitais em setores que produzem alimentos, agro combustíveis e matérias-primas minerais, especialmente. Essa tendência geral passa por variações dirigidas pelo mercado mundial de *commodities*, confirmando que

o desempenho econômico desses países não tem a dinâmica interna como seu principal motor. Assim, os fluxos de investimentos variam a depender de variáveis além fronteiras nacionais. Em 2011, segundo dados da UNCTAD, os investimentos externos diretos tiveram crescimento de 25%, já em 2017, a OCDE registra queda de 21%. Os Estados Unidos e a China continuam como os maiores investidores. A presença das potências coloniais europeias continua marcante em suas antigas colônias, afinal, no apagar das luzes do sistema colonial, a Comunidade Europeia cuidou de assinar os Acordos de Lomé, que asseguram o prolongamento dos laços coloniais em uma perspectiva regional de preferências.

Recentemente, os investidores estrangeiros têm se voltado para a compra de terras (*land grabbing*) como forma de assegurar a autossuficiência agroalimentar (especialmente, para atender à demanda chinesa dos países do Golfo Pérsico) e de agro combustíveis. Os maiores investidores, segundo Sassen (2016), têm origem em empresas que compõem um amplo leque de setores como energia, agrícola, serviços públicos, financeiras e tecnologia. A terra, em contexto de crise financeira mundial, tornou-se um ativo financeiro, seja para utilização produtiva, seja para especulação. Na África Subsaariana, os maiores vendedores são: Etiópia, Madagáscar, Sudão, Tanzânia, Mali e Moçambique (neste país, embora a terra continue estatal, são feitos acordos de concessões). Ressalta a autora que, a cada “país vendedor” corresponde um “país comprador”, que domina as aquisições: Índia na Etiópia, Coreia do Sul em Madagascar, Arábia Saudita no Sudão e a China no Mali (p. 130). Esta informação permite concluir que o “casamento” entre compradores e vendedores está longe de se configurar como transação sob o comando exclusivo do mercado. Internamente, essas transações têm acirrado a disputa por recursos – terra e água, principalmente – que resultam na eclosão de conflitos e intensificação de fluxos migratórios em direção aos centros urbanos ou para outros países.

Foi nesse contexto que, no Brasil, na primeira década dos anos 2000, nos dois mandatos do presidente Lula, a política externa brasileira foi orientada para maior aproximação com países do continente africano, via intensificação das relações comerciais, promoção de investimentos e cooperação intergovernamental para o desenvolvimento. Esse movimento de aproximação, embora seja objeto de pesquisas acadêmicas e trabalhos jornalísticos, continua um campo aberto para novas pesquisas que avaliem a presença brasileira na África – dos projetos de cooperação governamentais e de empresas privadas –

guardando distância das disputas políticas que marcam a presente conjuntura. Que fique claro, não se estar, aqui, advogando pela neutralidade axiológica do pesquisador.

Os artigos reunidos neste dossiê não têm a pretensão de dar respostas às questões levantadas nesta apresentação, mas constituem aproximações que têm como pano de fundo essa dinâmica contemporânea da África. Os textos, que resultam de pesquisas desenvolvidas no interior do LABMUNDO, guardam maior sintonia com a perspectiva analítica aqui exposta. A maior parte dos artigos oferece a oportunidade de reflexão sobre a presença brasileira na África, seja pela via da cooperação internacional ou pela presença do capital privado. No âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, as diretrizes da FAO para o continente também são analisadas. Por fim, é apresentada uma perspectiva da unidade continental, a partir dos países que foram submetidos à colonização portuguesa.

## Referências

AMIN, Samir. Nas origens da catástrofe econômica da África, In: AMIN, Samir. **Os desafios da mundialização**. Aparecida/SP: Ideias&Letras, 2006.

AMIN, Samir. Mundialización y acumulación capitalista. In: AMIN, Samir y CASANOVA, Pablo Gonzales (Dirs). **La nueva organización mundial vista desde el Sur: mundialização e acumulação**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1995.

ANDRADE, Justino Pinto. Um olhar transversal sobre alguns conflitos africanos. Luanda, Lucere – **Revista Acadêmica da UCAN**, p 211-221, dezembro 2016.

FOUNOU-TCHUIGOUA. Bernard. El África subsahariana. Acumulación en crisis. In. AMIN, Samir y CASANOVA, Pablo Gonzales (Dirs). **La nueva organización mundial vista desde el Sur: mundialização e acumulação**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1995.

HUGON. Philippe. **Afriques: entre puissance et vulnérabilité**. Paris: Armand Colin, 2016.

WALLERSTEIN Immanuel. Que esperança tem a África? Que esperança tem o mundo? In: WALLERSTEIN. Immanuel. **Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.

SASSEN, Saskia. O novo mercado global de terras. In: SASSEN, Saskia. **Expulsões**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.